Data: 20.11.2021
Titulo: Mesmo sem consenso científico, terceira dose poderá ser para todos
Pub: Expresso
Tipo: Jornal Nacional Semanal
Secção: Nacional
Pág: 22

QuickCom comunicação integrada

Área: 698cm²/ 54%
Tiragem: 123.400
FOTO
Cores: 4 Cores
ID: 7278113

SAÚDE

Mesmo sem consenso científico, terceira dose poderá ser para todos

Universalização da vacina para a covid-19 pode **começar em fevereiro, admitem os peritos**

Peritos mundiais em saúde pública começam a ser unânimes sobre a administração de uma terceira dose contra a covid de forma generalizada pelo menos a partir dos 18 anos FOTO RUI DUARTE SILVA

VERA LÚCIA ARREIGOSO

Peritos mundiais em saúde pública começam a ser unânimes sobre a administração de uma terceira dose contra a covid de forma generalizada pelo menos a partir dos 18 anos. "Pode acontecer a curto prazo, já em fevereiro, com o novo ritmo de vacinação. A dose adicional para os mais frágeis estará concretizada e o alargamento progressivo poderá acontecer", afirma Bernardo Gomes, do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto.

O especialista em saúde pública regressou esta semana de um encontro internacional e os testemunhos de médicos de outros países vão no sentido da progressiva universalização da dose extra e alguns já estão a fazê-lo. Por exemplo, Hungria, Emirados Árabes Unidos ou EUA. "Os médicos entre os 50 e os 70 anos com quem estive tinham a terceira dose já registada no certificado."

Bernardo Gomes partilha a convicção de que todos os portugueses imunizados acabarão por fazer uma dose adicional, que não terá necessariamente de ser averbada. "Estamos a dar a terceira dose à população mais exposta, acima dos 65 anos, e o registo no certificado de vacinação poderá colocar-se a médio prazo se chegarmos à conclusão de que o conjunto de três vacinas dá uma vantagem que persiste no tempo", afirma.

Diferente é o caso dos doentes imunocomprometidos, os primeiros com reforço vacinal. "A decisão de registo das vacinas no certificado de vacinação é eminentemente mais política do que científica. Mas neste caso a vacinação só está completa quando as três doses estão administradas. Parece claro que o certificado deveria refletir essa realidade", sublinha Miguel Prudêncio, investigador do Instituto de Medicina

Área: 698cm²/ 54%
Tiragem: 123.400
FOTO
Cores: 4 Cores
ID: 7278113

Molecular (IMM), em Lisboa.

Na verdade, há quatro versões vacinais — duas doses, imunossuprimidos, uma toma e recuperados. Desde a última sexta-feira, a proteção extra passou a chegar a todos os grupos. Além dos profissionais de saúde, residentes em lares e funcionários e bombeiros, portugueses com mais de 65 anos e vacinação completa (duas tomas) e doentes imunocomprometidos, têm agora indicação para repetir as inoculações os maiores de 18 anos com a unidose Janssen e os recuperados da infeção a partir dos 65 anos.

"As posições da Direção-Geral da Saúde são muito seguras, embora haja quem defenda que a terceira dose devia ser dada a partir dos 40 anos", diz António Sarmento, diretor do Serviço de Infecciologia do São João. Mas não só. "Nalguns países, a população com mais de 16 anos e fatores de risco — hemodiálise, diabetes ou obesidade, entre outros — tem a terceira dose", salienta o pneumologista e responsável pelo Gabinete de Crise para a Covid da Ordem dos Médicos, Filipe Froes.

Falta sustentação?

Chamar mais pessoas para a terceira dose parece inevitável a muitos médicos, mas para os cientistas falta "sustentação". "A dose de reforço visa repor um grau de proteção mais elevado, colmatando a pequena perda de proteção observada. Os dados dizem-nos que isso acontece apenas na faixa etária mais avançada. Ainda não existe sustentação sólida para a administração generalizada", explica o bioquímico Miguel Prudêncio. A mesma cautela sobre a administração universal é expressada pelo imunologista do IMM Marc Veldhoen. "Todos os que têm um bom sistema imunitário, a maioria das pessoas com menos de 65 anos, terão uma boa imunidade celular e não precisam da terceira dose." É também o entendimento de Luís Graça, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e perito da Comissão Técnica de Vacinação para a Covid: "Os dados mostram que existe um benefício claro em oferecer uma dose de reforço à população acima dos 65 anos." Ainda assim, "estamos num momento em que começa a haver contextos muito diferentes em países diversos e a observarem-se estratégias de vacinação também diferentes".

Entre as várias opções vacinais há outra que também já era reclamada e que vai agora ser posta em prática: a redução do intervalo para as doses de reforço de seis para cinco meses no caso de quem fez toma dupla e de apenas 90 dias para a unidose, anunciada pela DGS na última quinta-feira; nesse dia ficou a saber-se que os portugueses que tomaram a vacina unidose da Janssen vão receber uma segunda toma, para reforço da proteção contra o vírus, de uma vacina mNRA (Pfizer ou Moderna), a ser administrada a partir dos 18 anos. "O maior investimento num Natal seguro é acelerar a vacinação extra dos grupos de risco, e em pandemia o tempo faz diferença", alerta Filipe Froes. "Os seis meses são o regulamento europeu, mas informalmente já era discutido que não faria diferença os cinco meses", diz Bernardo Gomes. "Até pelo senso comum, percebe-se que vacinar ao fim de seis ou de cinco meses é o mesmo", garante o infecciologista António Sarmento. Uma alteração é certa: a antecipação vai proteger os 800 mil portugueses que estavam em espera até janeiro, o milhão que tomou Janssen e os 140 mil idosos recuperados da covid.

varreigoso@expresso.impresa.pt